

Estudos sobre a presença militar terrestre: o caso indiano como desafio para o Brasil

Studies about the ground military presence: the Indian case as a challenge for Brazil

Resumo: Esta investigação teve por objetivo analisar o caso indiano de desenho de força e da presença militar terrestre, como desafio para a permanência da estratégia da presença do Exército brasileiro. O artigo observa a dinâmica da reorganização militar indiana frente as suas ameaças e a integridade do seu território. Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa apoiou-se no uso de documentos localizados no India Ministry of Defence Annual Reports, The Official Home Page of the Indian Army, repositório GlobalSecurity.org, fórum britânico Intelligence Fusion/Indian geopolitics, e Army and Nation: the military and indian democracy since independence. Com o estudo do caso indiano percebe-se um modelo de organização militar terrestre fortemente voltado para a ocupação da parte Norte-Nordeste, região densamente povoada, onde se encontram as principais ameaças externas (China e Paquistão), prioritárias no planejamento de defesa, e por serem consideradas as mais significativas ameaças aos interesses nacionais e à integridade do território.

Palavras-chave: Presença Militar. Força Terrestre. Guerra. Índia. Fronteiras.

Abstract: This investigation aimed to analyze the Indian case of force design and the military presence on the ground, as a challenge for the permanence of the strategy of the presence of the Brazilian Army. The article looks at the dynamics of Indian military reorganization in the face of its threats and the integrity of its territory. Regarding methodological procedures, the research was supported by the use of documents located in the India Ministry of Defense Annual Reports, The Official Home Page of the Indian Army, GlobalSecurity.org repository, British forum Intelligence Fusion / Indian geopolitics, and Army and Nation: the military and indian democracy since independence. With the study of the Indian case, it is possible to perceive a model of land military organization strongly focused on the occupation of the North-Northeast part, a densely populated region, where the main external threats (China and Pakistan), which are priority in defense planning, are found, and because they are considered the most significant threats to national interests and the integrity of the territory.

Keywords: Military Presence. Land Force. War. India. Borders.

Fernando da Silva Rodrigues 

Universidade Salgado de Oliveira.
Programa de Pós-Graduação em História.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
fernandoahex@gmail.com

Carlos Daróz 

Exército Brasileiro. Centro de Estudos e
Pesquisa em História Militar do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
cdaroz@yahoo.com.br

Recebido: 02 fev. 2021

Aprovado: 12 jul. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Diante de um contexto investigativo sobre a análise da adequabilidade da Estratégia da Presença no Brasil, e com base em fontes diversificadas, o nosso objetivo foi estudar o caso emblemático indiano como desafio para o Exército Brasileiro, particularmente, no que diz respeito à capacidade de força e ao desdobramento da tropa terrestre indiana, país asiático com o qual o Brasil tem buscado uma aproximação diplomática e estratégica. Com relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa apoiou-se no uso de diversos documentos. Dentre as fontes já mapeadas e analisadas preliminarmente, destacam-se: India Ministry of Defence Annual Reports, The Official Home Page of the Indian Army, repositório GlobalSecurity.org, fórum britânico Intelligence Fusion/Indian geopolitics, Army and Nation: the military and Indian democracy since independence, dentre outras.

Os documentos receberam tratamento qualitativo. A abordagem qualitativa, realizada através da análise intratextual, pretendeu investigar a bibliografia, e os documentos produzidos pelo Exército da Índia e do Brasil, cujos registros escritos foram considerados como parte do discurso a ser compreendido e questionado quanto às intenções dos sujeitos históricos, ao papel dos militares e à evolução da organização da força. É necessário considerar que todo documento é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto apenas como um registro que reproduz a verdade. Um texto não se dissocia de seu contexto de produção, e eles podem tanto falar do passado, quanto trazer informações por traz das palavras.

A Índia é um extenso país que integra a maior parte do subcontinente indiano, na Ásia Central. Com uma superfície de 3,28 milhões de km², o país possui uma população estimada em 1,353 bilhão de pessoas (UNITED NATIONS, 2015), a segunda maior do mundo, superada apenas pela China. Em razão de seu porte, território e população, desde sua independência, em agosto de 1947, a Índia constituiu-se como uma potência regional, geopoliticamente antagonizada com o Paquistão, país vizinho criado no mesmo processo mediante desmembramento de porção do território indiano, de população majoritariamente muçulmana. Tais antagonismos resultaram, nos últimos 70 anos, em quatro guerras indo-paquistanesas, cujas questões de fundo ainda não se encontram solucionadas. Ambos os países possuem armamentos nucleares.

Brasil e Índia guardam, simultaneamente, semelhanças e diferenças, que impactam diretamente na estruturação de seus exércitos e distribuição territoriais de suas respectivas unidades militares. Dentre aspectos comuns entre os dois países, destacam-se a colonização exploratória; a grande população; a extensão territorial e o clima. Outras características diferenciam os dois países, como o alinhamento indiano com a URSS na Guerra Fria, a religião, a forma de governo e a capacidade nuclear.

2 Índia: entre ameaças e o oceano

Em 1947, os ingleses reconheceram a independência da Índia britânica, que foi dividida em dois estados de domínio independente: a União da Índia, de população hindu, e o Domínio do Paquistão, majoritariamente muçulmano (KHAN, 2007). A Partição, como o

processo ficou conhecido, foi marcada por conflitos e distúrbios urbanos extremamente violentos, particularmente no estado do Punjab, resultando em centenas de milhares de mortos e na migração forçada de milhões de pessoas (TALBOT, 2009). O conflito que resultou na formação dos dois países teve início quando a Liga Muçulmana da Índia, sob a liderança de Mohammed Ali Jinnah, exigiu autonomia para as áreas de população predominantemente muçulmana, que evoluiu, mais tarde, para a reivindicação de um país independente muçulmano, o Paquistão (JINNAH, 2020).

A natureza violenta da Partição criou uma atmosfera de hostilidade, ressentimento e desconfiança entre os dois países, que dificultou suas relações diplomáticas e provocou quatro conflitos armados.

Em 1947, os dois países contestaram a posse do estado de Jammu e Caxemira (também conhecido apenas como Caxemira, ou pela sigla J&K), originalmente um reino de maioria muçulmana, mas que, desde antes da Partição, era governado por um marajá hindu. A disputa resultou na eclosão da primeira guerra entre os dois países, a qual terminaria em 1948, após a intermediação das Organizações das Nações Unidas (ONU). Um cessar-fogo foi estabelecido e a Índia ganhou o controle de aproximadamente dois terços do território, incluindo o vale da Caxemira, Jammu e Ladakh, enquanto ao Paquistão coube o controle da Caxemira Livre (Azad Kashmir) e do Baltistão (RAJU, 1992).

Apesar dos esforços diplomáticos para tentar resolver a questão da Caxemira e reduzir as tensões na região, os dois vizinhos voltaram a se enfrentar em 1965. O breve conflito foi encerrado após intervenção diplomática das potências mundiais. Enquanto EUA e Grã-Bretanha cortaram todo o suprimento militar para ambos os países, a União Soviética ofereceu ajuda militar tanto para a Índia, quanto para o Paquistão. Diante das pressões, os dois vizinhos submeteram-se a um novo cessar-fogo, e suas tropas retornaram às suas posições originais (LYON, 2008).

Em 1971, Índia e Paquistão travaram sua terceira e maior guerra, desta vez tendo como objeto de disputa o Paquistão Oriental, região separada do Paquistão por cerca de 1.600 km de território indiano e por diferenças culturais, linguísticas e econômicas. A vitória indiana resultou na independência do Paquistão Oriental, que se tornou o Bangladesh. Por meio do Acordo de Simla, firmado em 1972 após a rendição paquistanesa, foi definida, na Caxemira, uma Linha de Controle, e as duas partes concordaram em resolver suas pendências pela via diplomática (INDIA, 1972).

Um fator que agravou o antagonismo latente, e provocou mais instabilidade na geopolítica da região, foi a aquisição da capacidade de produzir e operar armamento nuclear pelos dois países. Tendo iniciado seus programas e testes nucleares na década de 1970, em 1998, Índia e Paquistão realizaram detonações de artefatos nucleares em um espaço de poucos dias, juntando-se ao seleto grupo de países que detêm a tecnologia de armamento nuclear.

Os dois vizinhos, agora potências nucleares, tornaram a se enfrentar, em 1999, em mais uma disputa pela região da Caxemira, quando milícias paquistanesas se infiltraram através da Linha de Controle e ocuparam território indiano no distrito de Kargil. A Índia respondeu rapidamente, expulsando os militantes paquistaneses, ao mesmo tempo em que acusou o governo do Paquistão de dar suporte à invasão. Além de uma nova derrota paquistanesa, a Guerra de Kargil, como o conflito ficou conhecido, representou uma ruptura diplomática entre os dois países (MACDONALD, 2017).

Além dos problemas com o Paquistão, um breve conflito de fronteira entre a Índia e a China, em 1962, também demonstrou a fragilidade do equilíbrio geopolítico na região. A principal causa da guerra foi a disputa de um território fronteiriço entre os dois países nas altas montanhas de Aksai Chin, cordilheira do Himalaia. Depois de repetidas escaramuças de fronteira, no dia 20 de outubro, os chineses desfecharam um ataque, e, dois dias mais tarde, haviam tomado todo o território contestado. Apesar do temor de uma invasão chinesa generalizada contra a Índia, essa ameaça não se configurou, e, ao cabo de dois meses, Pequim decidiu encerrar o conflito e manteve o controle efetivo da região montanhosa. A guerra teve, como consequência, significativas mudanças nas forças armadas indianas, no sentido de prepará-la para conflitos semelhantes no futuro (MAXWELL, 1970).

Como podemos observar, os desafios de segurança enfrentados pela Índia são variados e complexos. A Índia possui duas fronteiras instáveis. O país passou por quatro guerras convencionais nas fronteiras, além da guerra não declarada travada em Kargil. Nos últimos anos, particularmente na Caxemira, as forças militares indianas têm combatido a insurgência e o terrorismo perpetrado por grupos militantes e terroristas, possivelmente patrocinados pelo vizinho Paquistão. Ao mesmo tempo, várias insurgências, estimuladas por aspirações tribais e étnicas, estão sendo enfrentadas em várias partes do país. É nesse ambiente volátil que o Exército Indiano é obrigado a cumprir seus papéis em diversas condições operacionais e em todo o espectro de conflitos, e, para tal, procura organizar a capacidade das forças militares terrestres para atender a tais demandas.

3 Organização e emprego da força terrestre

Embora as atividades e instituições militares estejam presentes no subcontinente Indiano desde a Antiguidade, as origens do moderno exército do país remontam ao componente militar da Companhia das Índias Orientais, criado em 1776 para prover a segurança da empresa mercantil da Inglaterra. Posteriormente, com o aprofundamento da colonização, tal força converteu-se no Exército Indiano Britânico e em pequenos exércitos de diferentes principados com maior autonomia, os quais, após a independência em 1947, se fundiram (SINGH, 1993).

O Exército Indiano Britânico foi essencial para a manutenção da hegemonia do Império Britânico, tanto em seu território, como em outras áreas do Oriente. No curso do século XIX, suas tropas lutaram e proveram a segurança nas guerras Anglo-Birmanesas, Anglo-Sikh, Anglo-Afegãs e do Ópio, esta última na China (RAUGH, 2004).

Na primeira metade do século XX, antes da independência, os indianos desempenharam papel relevante para o sucesso das forças britânicas nas duas guerras mundiais. Durante o primeiro conflito (1914-1918), cerca de 1,3 milhão de soldados indianos combateram em diferentes frentes, contabilizando cerca de 64.449 mortos ou desaparecidos em combate (GREAT BRITAIN, 1922). Em troca do apoio indiano na guerra, o Reino Unido sinalizou para o Congresso Nacional da Índia um *status* de autogovernança, mas, findo o conflito, o compromisso não foi cumprido, o que resultou no fortalecimento de um movimento pró-independência na Índia Britânica.

A despeito dos compromissos não cumpridos, por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a contribuição da Índia para o esforço de guerra Aliado foi ainda maior. Ao todo, cerca de 2,5 milhões de soldados indianos fortaleceram o poder de combate britânico na Europa, Mediterrâneo, Norte da África, Pacífico, China e Sudeste Asiático (KAUSHIK, 2010,).

Com a independência da Índia Britânica, em 1947, o Exército Indiano Britânico foi dividido entre as duas nações recém-criadas, Índia e Paquistão. A Força de Fronteira do Punjab, organização militar organizada para patrulhar o estado conflagrado durante o violento processo da Partição, foi dissolvida. Quatro dos dez regimentos Gurkha nepaleses, originalmente pertencentes ao Exército Indiano Britânico, foram transferidos para o Exército Britânico, e os demais, absorvidos pelo novo Exército Indiano (MARSTON, 2009, p. 469-505).

Do ponto de vista jurídico, a Constituição da Índia, promulgada em 1950, diferentemente da brasileira, não define a estrutura nem a missão das forças armadas ou da força terrestre do país. A única referência às forças armadas surge apenas, em sua Parte XI, que regula as relações entre a União e os Estados, ao estabelecer, por meio da emenda constitucional nº 257-A, de 1978, a assistência aos Estados que pode ocorrer pelo desdobramento das forças armadas ou outras forças da União (INDIA, 2007).

O Ministério da Defesa da Índia possui, em sua estrutura organizacional, o Departamento de Assuntos Militares (*Department of Military Affairs*), responsável pelas Forças Armadas da União (Exército, Marinha e Força Aérea), pelo quartel-general do Ministro da Defesa e pelos trabalhos de integração e coordenação entre as três forças (INDIA, [200-]).

A estrutura e a missão do Exército Indiano são definidas pela *Indian Army Doctrine* (Doutrina do Exército Indiano), publicada em outubro de 2004 (INDIA, 2004). Segundo o documento, o Exército Indiano consiste no componente terrestre das Forças Armadas da Índia, que “existem para manter os ideais presentes na Constituição” do país (INDIA, 2004, p. 9, tradução nossa).

A missão do Exército Indiano é assim definida:

Missão Principal – Preservar os interesses nacionais e salvaguardar a soberania, a integridade territorial e a unidade da Índia contra atividades externas, pela dissuasão ou pela guerra.

Missão Secundária – Auxiliar as agências governamentais a lidar com “guerras por procuração” e outras ameaças internas, bem como fornecer ajuda à autoridade civil quando solicitada para esse fim (INDIA, 2004, p. 9, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, o Exército Indiano possui doutrinariamente como missões, a defesa contra inimigos externos e internos, bem como a cooperação em assuntos civis. Para cumprir suas missões, a doutrina estabelece que a força terrestre indiana desenvolva e incorpore as seguintes capacidades:

- projetar efetivamente dissuasão, por meio de uma capacidade de combate forte e bem estruturada;

- estar preparado para se envolver e conduzir todos os tipos de operações militares, isoladamente ou em conjunto, em todos os espectros de conflito;
- fornecer o componente necessário das forças terrestres ao comando das Forças Estratégicas;
- fornecer ajuda às autoridades civis quando solicitado a fazer isso, para manutenção da lei e da ordem, ajuda humanitária e assistência, por ocasião de desastres e calamidades, ou quaisquer outras circunstâncias, incluindo a manutenção dos serviços essenciais;
- participar de operações de paz das Nações Unidas, em consonância com o compromisso assumido pela Índia com a Carta das Nações Unidas; e
- estar preparado para prestar assistência militar a países amigos, se necessário (INDIA, 2004, p. 10, tradução nossa).

A gama de responsabilidades atribuídas ao Exército Indiano guarda diversas semelhanças com as missões constitucionais do Exército Brasileiro, compreendendo a defesa da Pátria, e a atuação na garantia da lei e da ordem. Além disso, como no Brasil, o Exército Indiano é doutrinariamente preparado para cooperar com autoridades civis em casos de emergência e participar de operações de paz, sob a égide da ONU.

Para cumprir as tarefas estabelecidas pela legislação vigente na Índia, o chefe do Estado-Maior do Exército, efetivamente o comandante da força terrestre, é secundado por um vice-chefe e assessorado por dois subchefes de estado-maior, um dos quais responsáveis pelo treinamento e pelos sistemas de informação, e o outro responsável pelo planejamento e demais sistemas. A estrutura de comando do Exército Indiano é relativamente reduzida, tendo no estado-maior, também como assessores de alto nível, o Ajudante-Geral, o Secretário Militar, o Mestre-General de Material Bélico, o Engenheiro-Chefe e o Intendente-General, todos no posto de tenente-general.

No plano operacional até o nível brigada, o Exército Indiano encontra-se estruturado nos seguintes escalões:

- Comandos: o Exército Indiano possui seis comandos operacionais e um comando de treinamento, cada qual chefiado por um tenente-general.

- Corpos: um comando geralmente consiste em dois ou mais corpos. O Exército Indiano possui quatorze corpos, comandados também por tenentes-generais, composto por três ou quatro divisões. Existem três tipos de corpos no Exército Indiano: de ataque (*strike*), de contenção (*holding*) e mistos.

- Divisões: Cada divisão é liderada por um major-general, e é constituída por três ou quatro brigadas. Atualmente, o Exército Indiano possui quarenta divisões, incluindo quatro Divisões RAPID (Divisão de Infantaria de Planícies do Exército Reorganizada) com capacidade para combate noturno, dezoito Divisões de Infantaria, doze Divisões de Montanha, três Divisões Blindadas e três Divisões de Artilharia.

- Brigadas: A brigada é composta por cerca de 3.000 soldados e comandada por um brigadeiro. Uma Brigada de Infantaria, por exemplo, possui três batalhões de Infantaria, além de diversas unidades de apoio. Além das brigadas orgânicas das diferentes divisões, o Exército

Indiano também possui cinco Brigadas Blindadas Independentes, quinze Brigadas Independentes de Artilharia, sete Brigadas Independentes de Infantaria, uma Brigada Independente de Paraquedistas, três Brigadas Independentes de Defesa Antiaérea, duas Brigadas Independentes de Defesa Aérea, e quatro Brigadas Independentes de Engenharia. Essas formações independentes operam diretamente subordinadas aos comandantes de corpos (INDIA, 2020b).

Seu quartel-general está localizado na capital indiana, Nova Délhi, sob as ordens do chefe do Estado-Maior do Exército.

O Exército Indiano define sua doutrina militar como

[...] uma política específica ensinada ou defendida; um conjunto de princípios pelos quais as forças militares orientam suas ações em apoio aos objetivos nacionais. A doutrina militar pode ser definida como 'uma expressão formal do conhecimento militar e do pensamento que um exército aceita como relevante em um determinado momento, que abrange a natureza dos conflitos atuais e futuros, a preparação do exército para tais conflitos e os métodos de enfrentamento para alcançar o sucesso' (INDIA, 2004, p. 3, tradução nossa).

De acordo com Christopher Clary, ao longo da história a doutrina militar indiana pode ser dividida em cinco fases, cada qual com características específicas: de 1947 à guerra de 1962 (defesa em profundidade sem forças mecanizadas); após a guerra de 1962 e a guerra de 1971 (defesa suplementada pelo contra-ataque); de 1971 ao envolvimento do exército nas operações de contra-insurgência até o final dos anos 1980 (guerra de manobras com o incremento de unidades mecanizadas); da aceitação dos papéis de contra-insurgência à guerra limitada da Índia com o Paquistão em 1999 (missões não convencionais de contrainsurgência baseadas em infantaria leve, com guerra mecanizada convencional); e da Guerra de Kargil até a era atual (guerra limitada sob o espectro nuclear, conhecida como *Cold Start*) (CLARY, 2018).

A doutrina *Cold Start* (CSD) foi desenvolvida após o fracasso do Exército Indiano em se mobilizar rapidamente em resposta ao ataque de dezembro de 2001 contra o Parlamento indiano. A mobilização da Índia, ao longo da Linha de Controle na Caxemira, ocorreu em um ritmo demasiadamente lento, o que permitiu ao Exército do Paquistão mobilizar e posicionar 300 mil soldados na região contestada. Havendo perdido a surpresa estratégica, as forças indianas se retiraram após um impasse de 10 meses.

Como resultado, a CSD foi desenvolvida em 2004, para facilitar operações ofensivas convencionais de menor escala, rápidas e decisivas, no território paquistanês, no caso de ataque assimétrico patrocinado pelo Paquistão em solo indiano, antes que a comunidade internacional possa intervir ativamente e antes do Paquistão se sentir compelido a lançar ataques de retaliação nuclear para repelir uma invasão indiana (GADY, 2019).

A mais recente evolução doutrinária do Exército Indiano foi publicada em 2018, sob a designação de *Land Warfare Doctrine* (LWD, ou Doutrina de Guerra Terrestre) (INDIA, 2018), acompanhando o lançamento da primeira Doutrina Conjunta das Forças Armadas da Índia, efetivada no ano anterior.

Baseada nas capacidades do Exército Indiano, a doutrina pela primeira vez discute tecnologias emergentes no contexto de guerras futuras. Também visa instituir a dissuasão por meio de ataques punitivos no nível tático. Seu valor consiste na clareza com que identifica o espectro de ameaças combinadas, particularmente da China e do Paquistão, indicando que a postura da força terrestre indiana passou a ser planejada com a suposição do pior cenário possível, e marcando uma clara mudança no planejamento de ameaças, anteriormente centrado em uma única frente, para uma estratégia que traz a percepção de uma dupla frente.

A LWD estabelece as bases para a aquisição de novos e modernos meios, atendendo às mudanças na natureza da guerra, introduzindo, pela primeira vez, a busca por recursos para uso de inteligência artificial e armas de energia direcionada. A nova doutrina prioriza, dentre outras capacidades, a guerra cibernética, a guerra eletrônica, a guerra psicológica, as forças especiais, a capacidade de projeção de poder e a prontidão operacional (INDIA, 2018).

Para além do emprego na guerra convencional, a Índia possui uma política declarada de não uso de armas atômicas, e desenvolveu uma doutrina nuclear baseada na credibilidade mínima de dissuasão. Em agosto de 1999, o governo indiano divulgou um rascunho da doutrina que afirmava que as armas nucleares seriam somente para dissuasão e que a Índia seguiria uma política de apenas retaliação. O documento também sustentava que a Índia não seria a primeira a iniciar um primeiro ataque nuclear, mas responderia com retaliação punitiva se a dissuasão falhasse (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS, 2002). Em janeiro de 2003, Nova Délhi lançou sua doutrina nuclear oficial, que era baseada no rascunho de 1999, embora com algumas diferenças. Dentre elas, a sugestão de que a Índia poderia usar armas nucleares para retaliar contra ataques usando armas químicas e biológicas, e que a retaliação indiana a qualquer ataque nuclear seria massiva (RAJAGOPALAN, 2016). É importante ressaltar que a Índia não assinou o Tratado de Proibição Completa de Testes nem o Tratado de Não Proliferação Nuclear, embora seja membro da Agência Internacional de Energia Atômica.

Diante de uma fronteira Norte-Nordeste conturbada, plena de ameaças e ciosa das capacidade nuclear e de suas forças militares, o Exército Indiano foi desdobrado pelo território no sentido de responder às necessidades de defesa do país.

4 A Presença Militar Terrestre na Índia

A Índia com uma geografia diversificada, incluindo desde os picos do Himalaia até a costa do Oceano Índico, e uma história que remonta a cinco milênios, é uma república constitucional, composta por 29 estados, cada qual com um substancial grau de controle sobre seus próprios assuntos; seis territórios com menos autonomia; e o território da capital nacional de Délhi.

Sua vasta população, a segunda maior do mundo, corresponde a aproximadamente um sexto da população mundial. Apesar dessa imensa população, a densidade demográfica do país é extremamente variável, com os adensamentos populacionais concentrados nas regiões Norte-Nordeste, particularmente ao longo do rio Ganges. No Centro-Sul da Índia, a densidade demográfica é baixa, atingindo, nos estados de Madhya Pradesh, Maharashtra, Andhra Pradesh e Karnataka, uma taxa inferior a 250 habitantes/m².

Com população e território tão extensos, e em razão de sua própria capacidade nuclear e de seus principais antagonistas – paquistaneses e chineses –, o Exército Indiano organiza-se com 1,2 milhão de integrantes ativos e 990 mil de reservistas, totalizando uma força de cerca de 2,1 milhões de homens e mulheres (GLOBAL FIREPOWER, 2021), cuja principal tarefa é proteger as fronteiras com o Paquistão e a China, além de prover a segurança doméstica, frequentemente ameaçada em Jammu e Caxemira, e no Norte-Nordeste do país. Com seu imenso efetivo, o Exército Indiano é o segundo mais numeroso do mundo, sendo superado apenas pelo da China (THE WORLD'S..., 2019).

Conceitualmente, as forças armadas indianas não possuem qualquer documento que defina uma Estratégia da presença como é definido no Brasil, embora suas doutrinas de emprego, com destaque para a LWD, orientem a articulação das forças militares terrestres. Diante das ameaças ao Norte-Nordeste do país e da necessidade de desenvolver operações contraterrorismo, o Exército Indiano não desdobra seu poder de combate e suas unidades militares segundo o conceito da Estratégia da presença¹, mas concentra suas forças, geograficamente, no terço superior do território do país, coincidentemente a área com maior adensamento populacional e em contato com seus antagonistas: Paquistão e China.

Com a concentração de forças militares presentes predominantemente no Norte-Nordeste do país, o Exército Indiano desdobra nessa região quatro dos seis Comandos operacionais (cinco, se considerado o Comando Central, responsável pelo apoio logístico da força terrestre). No Centro-Sul, região de menor densidade demográfica e com reduzido nível de ameaça, há apenas um Comando operacional (o Comando Sul), um dos que possui menor poder de combate, composto por dois corpos e cinco divisões. Tal distribuição territorial privilegia, claramente, as ameaças reais nas fronteiras setentrionais do país, em detrimento de realizar uma ocupação equitativa ao longo de todo o território nacional.

Dentre os Comandos operacionais, assemelhados aos Comandos Militares de Área brasileiros, o Comando Central (*Central Command*), com sede em Lucknow, não possui unidades de primeira linha subordinadas, e concentra as atividades logísticas do Exército Indiano.

O Comando Leste (*Eastern Command*), baseado em Calcutá, é preparado para ações de defesa interna e patrulhamento da fronteira Oriental. Geograficamente desdobrado em uma região de altas montanhas, é composto por três corpos, aos quais se subordinam nove divisões de montanha, e uma divisão de infantaria independente, tem como responsabilidade as operações de contrainsurgência no vale do Assam (GLOBAL SECURITY, 2021a). A curta guerra de fronteiras com a China, em 1962, determinou que, independentemente do avanço das comunicações eletrônicas, um maior comando e controle deveria ser exercido a partir da proximidade geográfica. O Comando Leste, que estava instalado em Lucknow, a cerca de 1.100 quilômetros de Walong, após a experiência do conflito, foi deslocado para Calcutá, e Lucknow passou a ser sede do Comando Central.

1 Conceitualmente, nos servimos da definição brasileira, presente no manual C 124-1 Estratégia: "Estratégia da presença - Caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também, preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do país, quando necessário (mobilidade estratégica)" (BRASIL, 2001, p. 3-11).

O prestigiado Comando Oeste (*Western Command*) é a mais importante grande unidade do Exército Indiano, responsável pela defesa de uma área considerada “quente”, entre as fronteiras com a China e com o Paquistão, que engloba as regiões do Punjab, Rajistão, Délhi e parte do vale do Jammu (INDIA, c2021). Com seu quartel-general em Chandinandir, seu poder de combate compreende três corpos, aos quais são subordinadas seis divisões de infantaria, uma divisão blindada, uma divisão RAPID, três brigadas blindadas, uma brigada de infantaria mecanizada, uma brigada de engenharia e uma brigada de defesa antiaérea. Uma divisão de artilharia também é subordinada diretamente ao Comando Oeste.

A experiência das guerras contra o Paquistão de 1965 e 1971 demonstrou que a área sob a responsabilidade do Comando Oeste era vasta demais para um comando eficaz. Em consequência, em 1971, a grande unidade foi desmembrada, e foi criado o Comando Norte (*Northern Command*), com sede em Udampur, que assumiu uma das áreas mais voláteis da Índia, englobando a Caxemira e Ladakh. O Comando Norte é responsável pela defesa e segurança da principal área de fricção da Índia, a região de J&K, montanhosa e historicamente conflagrada com o Paquistão desde a partição de 1947. Baseado em Udampur, o Comando tem, sob a sua subordinação, três corpos, cinco divisões de infantaria, duas divisões de montanha e uma brigada de artilharia. Em razão da instabilidade regional, sua missão principal envolve a contrainsurgência e o contraterrorismo (INDIA, 2020b).

Considerável área da fronteira com o Paquistão encontra-se sob a responsabilidade do Comando Sudoeste (*Southwestern Command*), criado em 2005 após reestruturação promovida no Exército Indiano. Tendo seu quartel-general na histórica cidade de Jaipur, capital do Rajistão, e estruturado para o combate convencional, o Comando Sudoeste encontra-se fortemente estruturado, com dois corpos, duas divisões de infantaria, duas divisões RAPID, duas divisões de montanha, uma divisão blindada e uma divisão de artilharia. Também são grandes unidades orgânicas uma brigada blindada, uma brigada de engenharia e uma brigada de defesa antiaérea (GLOBAL SECURITY, 2021d).

O Comando Sul (*Southern Command*) é o único do Exército Indiano não articulado territorialmente com as fronteiras Norte-Nordeste sob a ameaça do Paquistão e da China. Sendo um grande comando destinado à vigilância da área de menor densidade populacional da Índia e com menos vulnerabilidades. Com sede em Pune, na relação território/poder de combate, é o comando mais fraco do Exército Indiano, compreendendo dois corpos, aos quais se subordinam duas divisões de infantaria, uma divisão blindada, duas divisões RAPID, uma brigada blindada, uma brigada de infantaria mecanizada e uma brigada de engenharia. Diretamente subordinada ao Comando Sul, existe uma divisão de artilharia (GLOBAL SECURITY, 2020).

Uma peculiaridade da organização do Exército indiano parece remeter a questões da organização social. O sistema de castas vigente na Índia está entre as formas mais antigas do mundo de organização social estratificada. O sistema que divide os hindus em grupos hierárquicos rígidos, com base em seu *karma* (trabalho) e *dharma* (a palavra hindi para religião, mas aqui significa dever), geralmente é aceito há mais de 3 mil anos, mitigando disputas e reivindicações de melhorias sociais (WHATS..., 2019).

O conceito de regimentos de “casta única” ou “puros” surgiu durante a era britânica, que se baseava em sua própria categorização: a classe guerreira. No entanto, após a indepen-

dência, a Índia continuou com esses regimentos baseados na classe e nas regiões de origem, devido à história e ao *ethos* das unidades. Apesar disso, não é possível afirmar que o Exército Indiano se baseia em castas. Existem unidades "mistas" e outras "fixas", como os Granadeiros ou o Regimento Mahar. Os quatro regimentos de granadeiros possuem subunidades de Jats, de muçulmanos e de Dogras. Da mesma forma, os Fuzileiros de Rajputana têm uma mistura igual entre Rajputs e Jats, enquanto o Regimento Rajput é composto, principalmente, por Rajputs e Gujars, além de muçulmanos e bengalis. As demais armas de combate, como o Corpo Blindado e a Artilharia, também possuem vários exemplos de unidades "puras". No entanto, as armas de apoio, como a Engenharia, o Material Bélico e as Comunicações são unidades compostas por soldados de "todas as castas".

O Exército Indiano possui vários regimentos e unidades com o nome de castas, comunicações e regiões, cheios de tradições obtidas em batalha, como Jat, Sikh, Rajput, Dogra, Mahar, Gurkha e outros. É importante ressaltar, no entanto, que os regimentos baseados em castas ou regiões não são predominantes em todo o exército, mas situam-se em uma zona de armas de combate e algumas unidades especializadas (MANDAL, 2019).

Apesar desse rígido e milenar sistema, o Exército Indiano atua como um fator de coesão social, na medida em que não faz distinção de castas para recrutar seus integrantes. A Índia não recorre à conscrição ou ao serviço militar obrigatório, e os cidadãos interessados a ingressar no Exército Indiano o fazem voluntariamente. O recrutamento no Exército é amplo, e todo cidadão do sexo masculino, "independentemente de casta, classe, religião e domicílio, é elegível para servir no Exército, desde que atenda aos padrões de idade, escolaridade, físico e médico" (INDIA, 2020a, n.p., tradução nossa). O recrutamento é realizado durante todo o ano, por meio de um sistema de voluntariado aberto, publicizado em jornais locais duas semanas antes da realização dos alistamentos.

Outro fator presente no Exército Indiano que contribui para a coesão nacional foi a incorporação de mulheres em suas fileiras. Sob a inspiração das enfermeiras do Exército Indiano que lutaram na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, onde 350 delas foram mortas, aprisionadas ou declaradas desaparecidas em ação, em 1988 o exército organizou o Serviço Militar de Enfermagem Indiano. Em 1992, o Exército Indiano começou a induzir mulheres oficiais em funções fora da área de Saúde (INDIA, 2019a). Apesar da incorporação de mulheres no Exército Indiano, em uma data aproximada da que o Exército Brasileiro inaugurou a sua seleção do corpo militar feminino, elas ocupam até a atualidade somente cargos administrativos ou de apoio, ficando longe das fileiras de combate. Tal política tem sido fruto de campanhas e discussões públicas (KARAT, 2014) no sentido de ampliar a inclusão feminina em funções combatentes, como já ocorre em outros exércitos do mundo e na própria Força Aérea Indiana, onde as mulheres já são qualificadas como pilotos de caça.

Como estabelece a *Indian Army Doctrine*, a missão secundária do Exército Indiano consiste em "Auxiliar as agências governamentais a lidar com "guerras por procuração" e outras ameaças internas, bem como fornecer ajuda à autoridade civil quando solicitada para esse fim." Nessa perspectiva, a força terrestre indiana vem, ao longo de sua história, cooperando com as autoridades civis do país, configurando-se, para além de sua capacidade dissuasória e operacio-

nal, como um “Exército Político”. Segundo Fernando Rodrigues, tal efeito ocorre quando, em razão das carências de outros órgãos e instituições governamentais, o:

Exército acaba assumindo um papel que pertence a outros atores nacionais, com responsabilidade pela condução de políticas públicas, o que, de certa forma, provoca uma acomodação da classe política, representada pela conveniência e conviência do Estado com esse tipo de ação (RODRIGUES, 2020, p. 51-64).

Em diferentes oportunidades, o Exército Indiano liderou ou participou de atividades subsidiárias em atendimento às demandas da sociedade e por solicitação das autoridades civis, auxiliando no socorro em calamidades públicas, construção de estradas, resgate de pessoas em áreas de difícil acesso (com frequência nas montanhas do Himalaia) (INDIA, 2019b, p. 179-180). Um exemplo clássico ocorreu em setembro de 2014, com o desenvolvimento das operações Megh Rahat e Sadbhauna, quando tropas do Comando Norte socorreram mais de 20 mil pessoas ilhadas e desabrigadas por uma forte enchente provocada pela chuva das monções, no estado de J&K (DUTTA, 2014).

Nos primeiros meses de 2020, o Exército Indiano também foi solicitado a cooperar com as medidas adotadas pelo governo para combater a pandemia de Covid-19. O isolamento social e bloqueio (*lockdown*) estabelecido pela Índia, afetando cerca de 1,3 bilhão de pessoas, é a maior resposta política nacional do tipo à pandemia em curso no mundo. O Exército Indiano empregou suas tropas em todo o país para colaborar com as autoridades policiais e garantir que as regras de bloqueio fossem seguidas, além de estabelecer hospitais de campanha para socorrer a população (PANDA, 2020).

5 Segurança da fronteira Norte-Nordeste e contrainsurgência

Apesar de não haver nominalmente nenhum conflito contra o Paquistão desde 1999 e contra a China desde a breve guerra de 1962, a fronteira Norte-Nordeste da Índia, compartilhada com esses dois países, continua a ser prioritária no planejamento de defesa, consideradas as mais significativas ameaças aos interesses nacionais e à integridade territorial indiano. Com maior intensidade em Jammu e Caxemira, ações de grupos terroristas patrocinados pelo Paquistão têm sido recorrentes, levando o Exército Indiano a fortalecer seu poder de combate e a vigilância da fronteira na região.

A guerra do Kargil, em 1999, coincide com a aquisição de capacidade nuclear da Índia e do Paquistão, o que pode oferecer uma explicação para a opção paquistanesa de, após o conflito, não mais enfrentar com suas forças militares a Índia no J&K, mas fomentar a atuação de milícias e grupos terroristas, inclusive no interior do território indiano.

No dia 13 de dezembro de 2001, um ataque terrorista foi desfechado contra o coração do poder, o Parlamento da Índia em Nova Délhi. Os autores pertenciam ao Lashkar-e-Tayyiba e ao Jaish-e-Mohammed, duas organizações terroristas paquistanesas, e deixou um saldo de nove

mortos, sendo a maioria formada por agentes de segurança indianos, além dos cinco terroristas. O ataque acirrou as tensões entre a Índia e o Paquistão (TERRORISTS..., 2021). Os paquistaneses, no entanto, negaram o envolvimento e condenaram o ataque.

Por volta da meia-noite de 18 de fevereiro de 2007 duas bombas foram detonadas no Samjhauta Express, um serviço de trem que ligava Délhi, na Índia, a Lahore, no Paquistão. As explosões ocorreram perto de Diwana, a 80 quilômetros ao norte de Nova Délhi, e deixou 70 mortos e dezenas de feridos (DOZENS..., 2007). Os governos da Índia e do Paquistão condenaram o ataque, e autoridades de ambos os lados especularam que os autores pretendiam interromper a melhoria das relações entre as duas nações, visto que o atentado ocorreu apenas um dia antes de o ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Khurshid Mahmud Kasuri chegar a Nova Délhi para retomar as negociações de paz com as lideranças indianas (NAQVI, 2007).

Entre 26 e 29 de novembro de 2008, foi desfechado contra Mumbai (Bombaim), a capital financeira do país, o maior ataque terrorista da história da Índia. Dez paquistaneses associados ao grupo terrorista Lashkar-e-Tayyiba invadiram diferentes edifícios em Mumbai, matando 164 pessoas, dentre as quais muitos estrangeiros (TERROR..., 2008). Nove dos terroristas foram mortos durante a repressão das forças de segurança aos ataques. Os ataques só foram encerrados três dias depois, em 29 de novembro, quando as forças de segurança indianas conseguiram controlar todos os locais atacados. Mais uma vez o Paquistão negou envolvimento e condenou o atentado, o que pouco contribuiu para melhorar as relações com a Índia.

No dia 14 de fevereiro de 2019, o grupo terrorista paquistanês Jaish-e-Mohammed realizou um ataque suicida com carro bomba em Pulwama, no J&K, que resultou na morte de mais de 40 policiais indianos (PULWAMA..., 2019). A Índia retaliou com ataques aéreos atrás da Linha de Controle (PAKISTAN..., 2019), e o Paquistão abateu uma aeronave indiana e capturou o piloto. Essas ações aumentaram significativamente as tensões entre as duas potências regionais nucleares, mas, dias depois, o piloto indiano foi liberado, reduzindo as tensões (ABHINANDAN..., 2019).

O crescimento das ações de terrorismo e insurgência na região do Jammu e Caxemira, em detrimento da guerra convencional e sob a latente ameaça nuclear, é foco de preocupação constante do Ministério da Defesa e do Exército Indiano. Em seu relatório anual 2018-19, o ministério fez uma análise da situação da área mais conflagrada da Índia:

A situação no J&K permaneceu volátil. Nossa atuação ao longo da LoC e do interior, juntamente com as forças adicionais, facilitou as forças de segurança manter o impulso das operações contra os terroristas. No interior, os distritos de Pulwama, Shopian, Anantnag e Kulgam continuaram sendo o centro de atividades relacionadas ao terror. Ao longo da LoC, áreas ao sul das faixas de Pir Panjal permaneceram violentas devido às frequentes violações de cessar-fogo, enquanto as tentativas de infiltração ao norte das cordilheiras de Pir Panjal continuaram (INDIA, 2019b, p. 18).

Com vistas a neutralizar esta ameaça própria do século XXI, definida na *India Army Doctrine* como “guerra por procuração” [dos paquistaneses, por meio de grupos terroristas e

insurgência], o Exército Indiano continua a concentrar suas forças na porção Norte de seu território (INDIA, 2004).

O Exército Indiano encontra-se envolvido em operações de contrainsurgência/contraterrorismo quase continuamente desde a independência do país. Suas formações têm sido ativas nas operações dessa natureza no Nordeste desde os anos 1950, e em Jammu e Caxemira, desde 1990. Para enfrentar tais ameaças, o Ministério da Defesa editou, em 2006, a *Doctrine for Sub Conventional Operations* (Doutrina para Operações Subconvencionais), dedicada especificamente à contrainsurgência, ao contraterrorismo e às chamadas “guerras por procuração” (INDIA, 2006).

A doutrina atende a três princípios: a) limitação do uso da força; b) isolamento da força de guerrilheiros/terroristas da população; e c) obtenção do domínio da área (INDIA, 2006). A doutrina do exército também é bastante clara quanto ao papel limitado de restaurar a normalidade e, então, deixar que o *establishment* político encontre uma solução para a questão ou questões subjacentes à insurgência.

Desde os anos 1990, o Exército Indiano desenvolveu diversas operações de contrainsurgência na região do J&K, e, em que pesem as dificuldades inerentes a esse tipo de combate, vem obtendo sucesso em manter a Linha de Controle e a ordem em um território extremamente instável. Com o crescimento das ações terroristas a partir do fim da Guerra do Kargil, novos desafios se apresentam para o Exército Indiano que, ciente das lições aprendidas, reserva considerável parcela da instrução de suas tropas na área para esse tipo de atividade.

6 Reflexões finais

Brasil e Índia são países em desenvolvimento que integram organismos internacionais de cooperação, destacadamente os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), que englobam acordos de cooperação e alianças de diferentes naturezas, inclusive no campo da Defesa.

Brasil e Índia guardam algumas semelhanças, como o vasto território contínuo (subcontinente), grande população, expressiva desigualdade social, problemas de segurança interna na perspectiva da garantia da lei e da ordem, existência de amplos vazios demográficos e o fato de ambos se configurarem em potências regionais. No entanto, ao que parece, diferentemente do Brasil, o cuidado com as ações subsidiárias, e o recorrente uso do Exército Indiano como “Exército Político”, não desviam o foco da instituição diante das duas principais ameaças ao país na contemporaneidade: a vigilância da fronteira Norte-Nordeste e as ações de contrainsurgência, cada vez mais frequentes.

Com o estudo do caso indiano percebe-se um modelo de organização militar terrestre fortemente voltado para a ocupação da parte Norte-Nordeste do território, região densamente povoada, onde se encontram as principais ameaças externas (China e Paquistão), prioritárias no planejamento de defesa, e por serem consideradas as mais significativas ameaças aos interesses nacionais e à integridade do território. Para além das ameaças externas, no século XXI cresceram as tensões internas com o aparecimento de novas ameaças, representadas pelo aumento das

ações de terrorismo e insurgência na região do Jammu e Caxemira, com ações de grupos terroristas patrocinados pelo Paquistão, levando o Exército Indiano a fortalecer seu poder de operações de contra-insurgência e vigilância da fronteira na região.

No Brasil, com uma trajetória de organização da força terrestre diferente e envolvendo ameaças distintas da indiana, as reorganizações no Exército realizadas entre os anos 1960 a 1990, em termo de desdobramento da tropa priorizou a transferência de unidades e pessoal para a região Norte (Amazônia), para parte do território aonde havia vazios demográficos e ausência do poder público federal, áreas afastadas do litoral urbanizado densamente ocupado e desenvolvido. Essas ações representaram uma continuação do processo de interiorização das forças militares, articulada ao movimento de interiorização da ocupação humana dos vazios demográficos e do desenvolvimento do Estado.

Ao estudar a estratégia da presença militar do Exército Brasileiro e comparar com a evolução doutrinária indiana, entendemos que a preocupação com o papel da presença territorial ainda é válida, mas o modelo atual deve ser revisto gradualmente articulado ao avanço tecnológico no campo das comunicações e do transporte, e com a percepção de novas ameaças, planejadas em cima de novas capacidades. Esse avanço deve permitir a construção de uma presença combinada com outras forças militares e agências estatais permanente de segurança, provida de grande mobilidade, apesar da indefinição da previsão orçamentária. A Estratégia da Presença, dentro da defesa nacional e da segurança deve ser pensada efetivamente como um sistema de operações interagências, com um comando de operações conjunto, com capacidade para atuar nas fronteiras, e na Garantia da Lei e da Ordem.

É dever ressaltar nesse momento, a importância em se questionar o lugar da estratégia da presença no Brasil no contexto de implantação do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), que exige um planejamento conjunto. Nesse caso, devemos destacar a importância de se pensar em “Comandos Operacionais Conjuntos”, sugerindo a Amazônia como um laboratório dessa proposta. No que se trata sobre a Amazônia, a presença militar é considerada como uma estratégia eficaz para estimular a vivificação, manter a força contra ações não estatais, e garantir a ordem pública regional (MARQUES, 2007).

No entanto, deve ficar claro que o assunto é bastante complexo, e que o momento atual é favorável à permanência da estratégia no planejamento do Exército, desde que ocorra uma revisão da concepção de presença, articulada a ideia “do estar presente”, principalmente, por meio do desenvolvimento de capacidades de rápido deslocamento. E mais ainda, que a presença do Exército Brasileiro nas fronteiras, deve ser efetivada a partir da sua articulação com os elementos monitoramento/controlado (SISFROM – SIPAM) e mobilidade, no contexto de transformação do Exército. A estratégia deve entrar efetivamente na fase da indústria 4.0, com uso da tecnologia de satélites e VANTs.

Na atualidade, os Pelotões Especiais de Fronteiras deveriam ser pensados como “sensores de inteligência”, e não mais como fomentadores do povoamento como eram feitos no passado. Em tese, podemos dizer que a Amazônia já está povoada, sendo que, existem muitos lugares com baixa densidade demográfica, que precisam se desenvolver.

A partir desse debate percebemos que a definição de estratégia da presença é bastante complexa, pois de certa forma, quando se fala de PRESENÇA no Brasil, tem que se obedecer a

dimensões de natureza distintas: uma voltada à expressão Militar e outra à dimensão Política. E mais ainda, seria estratégia mesmo ou política de Estado, a presença militar terrestre.

A primeira dimensão diz respeito à necessidade de se fazer presente como parte da defesa do território, e especialmente porque no Brasil não há uma força intermediária capaz de fazer o papel de "força de ordem nacional", o que acaba fazendo com que o Exército seja constantemente chamado para exercer essa função, nas fronteiras. Nesse tipo de presença, não podemos esquecer a marca da contribuição do Exército Brasileiro nos processos de povoamento da Amazônia, ao longo da nossa história, caracterizados pela construção de fortificações ao longo dos séculos XVII e XVIII, pela implantação do sistema de colonização militar no século XIX, pela adoção da FT 90, até chegar à atualidade.

A segunda dimensão da presença diz respeito ao papel histórico que a instituição tem assumido como uma espécie de bastião da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a manutenção de unidades militares espalhadas por todo território, a manutenção dos Tiros de Guerras, da formação de reservas, entre outros, funcionam também como "escolas de civismo e cidadania". Sendo que esse cenário dificulta o planejamento estratégico do Exército, quando se pensa à manutenção da estratégia da presença em regiões com considerável grau de desenvolvimento.

Em que pesem as diferenças relativas às ameaças externas (muito maiores para a Índia do que para o Brasil) e à capacidade nuclear indiana, o estudo de caso abordando o exército do país e suas estratégias contribuíram para a reflexão acerca da futura organização e desdobramento do Exército Brasileiro.

Referências

ABHINANDAN: captured Indian pilot handed back by Pakistan. **BBC News**, London, Mar 1, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-47412884>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Exército. **Manual de campanha C 124-1: estratégia**. 3ª Ed. Brasília, DF: EGGCF, 2001.

GREAT BRITAIN. War Office. **Statistics of the military effort of the British Empire during the great war 1914-1920**. London: His Majesty Stationery Office, 1922.

CLARY, C. Personalities, organizations, and doctrine in the Indian Military. **India Review**, London, v. 17, n. 1, p. 100-121, 2018.

DOZENS dead in India train blasts. **BBC News**, London, Feb 19, 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/6374377.stm. Acesso em: 5 abr. 2021.

DUTTA, S. Massive rescue operations on in flood-hit J&K; toll nears 200, lakhs stranded. **Zeenews**, Noida, Sep 9, 2014. Disponível em: https://zeenews.india.com/news/jammu-and-kashmir/massive-rescue-operations-on-in-flood-hit-jk-toll-nears-200-lakhs-stranded%E2%80%8B_1466791.html. Acesso em: 5 abr. 2021.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. **India nuclear weapons**. Washington, D.C.: FAS, [200-]. Disponível em: <https://nuke.fas.org/guide/india/nuke/>. Acesso em: 1 abr. 2021.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. **Nuclear weapons**. Washington, D.C.: FAS, 2002. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/india/nuke/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

GADY, F. Is the Indian Military capable of executing the cold start doctrine?. **The Diplomat**, Washington, Jan 29, 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/01/is-the-indian-military-capable-of-executing-the-cold-start-doctrine/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

GLOBAL FIREPOWER. **India military strength (2021)**. [S. l.]: Global Firepower, 2021. Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=india. Acesso em: 3 abr. 2021.

GLOBAL SECURITY. Military. **Eastern command**. Alexandria, VA: Global Security, 2021a. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/india/eastcom.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

GLOBAL SECURITY. Military. **South Western command**. Alexandria, VA: Global Security, 2021d. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/india/southwestcom.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

GLOBAL SECURITY. **Military. Southern command.** Alexandria, VA: Global Security, 2020. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/india/southcom.htm>. Acesso em: 4 abr. 2020.

INDIA. Indian Army. Career. **Recruitment of other ranks.** New Delhi: Government of India, 2020a. Disponível em: <https://www.indianarmy.nic.in/Site/FormTemplate/frmTempSimple.aspx?MnId=9QoHpOEnmbSg+rsCHe+DHg==&ParentID=NHhlaQbT+/0yM16fkBrVRg==&flag=8CKP966uzg96kLov0aWdfQ==>. Acesso em: 3 abr. 2021.

INDIA. Indian Army. **Doctrine for sub conventional operations.** New Delhi: Integrated Headquarters of Ministry of Defence (Army), 2006.

INDIA. Indian Army. **Indian Army doctrine.** Shimla: Headquarters Army Training Command, 2004.

INDIA. Indian Army. **Landwarfare doctrine-2018.** New Delhi: Army Headquarters, 2018. Disponível em: <https://www.ssri-j.com/MediaReport/Document/IndianArmyLandWarfareDoctrine2018.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

INDIA. Indian Army. **Officers selection - entry schemes women.** New Delhi: Government of India, 2019a. Disponível em: <http://joinindianarmy.nic.in/bravo/entry-schemes-women.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

INDIA. Indian Army. **Structure of army.** New Delhi: Government of India, 2020b. Disponível em: <https://indianarmy.nic.in/site/formTemplate/frmtempsimple.spx?MnId=TqWSDHmc2ua6KzgEvgO7w==&ParentID=RuQ+vVM57FirJYXrHRLBHA==>. Acesso em: 2 abr. 2021.

INDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2018-19.** New Delhi: Ministry of Defence, 2019b.

INDIA. Ministry of Defence. **Department of Defence (Raksha Vibhag).** New Delhi: Ministry of Defence, [200-]. Disponível em: <https://www.mod.gov.in/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

INDIA. Ministry of Defense. Principal controller of defence accounts Western Command, Chandigarh. **Brief history.** Chandigarh: Office of the Pr. Controller of Defence Accounts, c2021. Disponível em: http://pcdawc.gov.in/index.php?option=com_content&view=article&id=122. Acesso em: 4 abr. 2021.

INDIA. Ministry of External Affairs. Bilateral/Multilateral Documents. **Simla agreement, July 2, 1972.** New Delhi: Ministry of External Affairs, 1972. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5541/Simla+Agreement>. Acesso em: 1 abr. 2021.

INDIA. Ministry of Law and Justice. **The constitution of India**: as modified up to the 1st December, 2007. New Delhi: Ministry of Law and Justice, 2007. Disponível em: https://doj.gov.in/sites/default/files/Constitution-of-India_0.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

JINNAH, M. A. Muhammad Ali Jinnah's first Presidential Address to the Constituent Assembly of Pakistan (August 11, 1947). In: COLUMBIA UNIVERSITY. Department of Middle Eastern, South Asian, and African Studies. [Site by Prof Emerita Frances W. Pritchett]. **Early modern India**. New York: Columbia University, [201-]. Disponível em: http://www.columbia.edu/itc/mealac/pritchett/00islamlinks/txt_jinnah_assembly_1947.html. Acesso em: 1 abr. 2021.

KARAT, B. Indian Army's shameful treatment of women recruits. **NDTV**, New Delhi, Dec 1, 2014. Disponível em: <https://www.ndtv.com/opinion/indian-armys-shameful-treatment-of-women-recruits-706717>. Acesso em: 4 abr. 2021.

KAUSHIK, R. Expansion and development of the Indian Army during World War II: 1939-45. **Journal of the Society for Army Historical Research**, London, v. 88, n. 355, p. 248-268, 2010.

KHAN, Y. **The great partition**: the making of India and Pakistan. [London]: Yale University Press, 2007.

LYON, P. **Conflict between India and Pakistan**: an encyclopedia. Santa Barbara; Oxford: ABC-CLIO, 2008.

MACDONALD, M. **Defeat is an orphan**: how Pakistan lost the great South Asia war. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MANDAL, D. Brave Ahirs & honourable Chamars: army 'regiments' with more than just caste on their side. **The Print**, New Delhi, Apr 15, 2019. Disponível em: <https://theprint.in/opinion/brave-ahirs-honourable-chamars-army-regiments-with-more-than-just-caste-on-their-side/221528/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/pt-br.php>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MARSTON, D. The Indian Army, partition and the Punjab Boundary Force 1945-1947. **War in History**, Thousand Oaks, v. 16, n. 4, p. 469-505, Nov 2009.

MAXWELL, N. **India's China war**. New York: Pantheon, 1970.

NAQVI, M. 66 die in India-Pakistan train attack. **The Washington Post**, Washington, Feb 19, 2007.

PAKISTAN army confirms Indian jets dropped 'four bombs'. **The Times of India**, Bombaim, Feb 26, 2019. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/world/pakistan/pakistan-army-confirms-indian-jets-dropped-four-bombs/articleshow/68171844.cms>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PANDA, A. Indian Army prepares to assist in virus response measures. **The Diplomat**, Washington, Mar 31, 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/03/indian-army-prepares-to-assist-in-virus-response-measures/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PULWAMA attack: India will 'completely isolate' Pakistan. **BBC News**, London, Feb 15, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-47249133>. Acesso em: 5 abr. 2021.

RAJAGOPALAN, R. India's nuclear doctrine debate. **Carnegie Endowment for International Peace**, Washington, June 30, 2016. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2016/06/30/india-s-nuclear-doctrine-debate-pub-63950>. Acesso em: 2 abr. 2021.

RAJU, T. **Perspectives of Kashmir**: the roots of conflict in South Asia. Boulder: Westview Press, 1992.

RAUGH, H. **The Victorians at war 1815-1914**: an encyclopedia of British military history. Santa Barbara; Oxford: ABC-CLIO, 2004.

RODRIGUES, F. da S. Análise da estratégia da presença no Brasil no contexto da evolução militar: passado e presente. **Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 51-64, 2020.

SINGH, S. **Battle honours of the Indian Army 1757-1971**. New Delhi: Vison Books, 1993.

TALBOT, I.; SINGH, G. **The partition of India**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TERROR attacks in Mumbai; six foreigners among 101 dead. **The Times of India**, Bombaim, Nov 27, 2008. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/Terror-attacks-in-Mumbai-six-foreigners-among-101-dead/articleshow/3761410.cms?>. Acesso em: 5 abr. 2021.

TERRORISTS attack Parliament; five intruders, six cops killed. **Rediff.com**, Mumbai, Dec 13, 2001. Disponível em: <https://www.rediff.com/news/2001/dec/13parl1.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **World population prospects the 2015 revision**: key findings and advance tables. New York: UN, 2015. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf. Acesso em: 8 abr. 2021.

WHAT is India's caste system?. **BBC News**, London, June 19, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-35650616>. Acesso em: 3 abr. 2021.

THE WORLD'S biggest armies. **Army Technology**, London, June 13, 2019. Disponível em: <https://www.army-technology.com/features/feature-the-worlds-biggest-armies/>. Acesso em: 6 abr. 2021.